

## "A toque de caixa": a solução parlamentarista de 1961 entre uma "revolução branca" e um "golpe nas instituições"

*"A toque de caixa": the 1961 parliamentary solution between a "white revolution" and a "coup on institutions"*



CUNHA, Pedro Luís Cavalcante \*

 <https://orcid.org/0009-0003-6653-0960>

**RESUMO:** A chamada "solução parlamentarista" para a crise inaugurada em 25 de agosto de 1961 tem sido majoritariamente interpretada pela historiografia como uma solução que tanto evitou uma guerra civil, quanto legitimou o poder civil do Congresso Nacional. Em ambas as interpretações, o parlamentarismo é visto como um ponto de chegada, deixando-se de prestar atenção para a dinâmica dos discursos e posicionamentos políticos imediatamente após a sua implementação. Esse artigo visa contribuir com a literatura sobre o tema ao repensar o impacto da adoção do parlamentarismo, da forma como se deu, na articulação ideológico-partidária do Brasil a partir de então. Utilizaremos, sobretudo, duas fontes: 1) os discursos feitos no Pequeno Expediente da Câmara dos Deputados nas sessões entre a adoção do novo sistema e a posse de João Goulart; 2) uma breve análise de livros e panfletos parlamentaristas lançados na época.

**PALAVRAS-CHAVE:** Parlamentarismo; Congresso Federal; 1961-1964; João Goulart.

**ABSTRACT:** The so-called "parliamentary solution" to the crisis inaugurated on August 25, 1961, has been mostly interpreted by historiography as a solution that both avoided a civil war and legitimized the civil power of the National Congress. In both interpretations, parliamentarism is seen as a point of arrival, an interpretation which fails to pay attention to the dynamics of speeches and political positions immediately after its implementation. This article aims to contribute to the literature on the subject by rethinking the impact of the adoption of parliamentarism, as it occurred, on the ideological-partisan articulation of Brazil from then on, basing itself upon two types of sources: 1) the speeches made in "Pequeno Expediente" of the Chamber of Deputies in the sessions between the adoption of the new system and the moment when João Goulart took office; 2) a brief analysis of parliamentary books and pamphlets released at the time.

**KEYWORDS:** Parliamentarism; Federal Congress; 1961-1964; João Goulart.

*Recebido em: 25/07/2024*

*Aprovado em: 01/10/2024*

\* Graduado em licenciatura em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador-BA. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (PPHPBC/FGV), Rio de Janeiro-RJ. Bolsista CAPES-PROSUP. E-mail para contato: pedrocavalcantedacunha@gmail.com.



## Introdução

A crise de 1961, que culminou com a adoção do sistema parlamentarista de governo no Brasil, recebeu certa atenção nas últimas décadas na historiografia brasileira e nos estudos da área da Ciência Política. A chamada “solução parlamentarista” tem sido ressaltada nessa literatura tanto por seu aspecto casuístico, mesmo que não exatamente novo (Figueiredo, 1993; Gomes; Ferreira, 2014), quanto por seu papel como “solução honrosa”, que teria satisfatoriamente acomodado todos os lados da contenda, neutralizando as soluções vindas dos elementos radicais da crise (Almeida, 1998; Lima, 2018). Em ambos os casos, a análise da questão se localiza entre a renúncia de Jânio Quadros e a adoção do parlamentarismo, entendendo-a como desfecho da crise.

Este artigo, no entanto, toma como hipótese a seguinte colocação: a articulação para a adoção do parlamentarismo, da forma como se deu, foi um dos elementos que radicalizou as opiniões do campo político do período, sendo entendido por consideráveis setores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e outros partidos menores de esquerda (em especial o Partido Socialista Brasileiro – PSB) como um “golpe nas instituições” dado pela maioria do parlamento, representada pelo Partido Social Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UDN). A memória deste “golpe” dificultaria, futuramente, convergências mais ao centro do espectro político durante o governo presidencialista de João Goulart (1963-1964), que demandavam, por princípio, acordos e concessões dos trabalhistas e partidos de esquerda a setores conservadores destes partidos que, juntos, formavam a maioria do Congresso Nacional.

Esse estudo traz para a discussão elementos pouco vistos pela literatura até então. Estes são tanto o posicionamento dos parlamentares sobre a crise ocasionada pela renúncia de Quadros à presidência nas primeiras sessões após a adoção do parlamentarismo em 2 de setembro de 1961, quanto uma breve análise da propaganda parlamentarista levada à frente, principalmente, pelo Partido Libertador (PL), de Raul Pilla.

Mesmo à luz dos estudos que levaram em conta os debates dentro da Câmara dos Deputados, como o livro de Figueiredo (1993) e a dissertação de mestrado de Lima (2018), pouca atenção foi dada aos debates dos parlamentares após a aprovação da emenda parlamentarista, no dia 2 de setembro de 1961. Assim, uma análise dos discursos e debates nas três sessões entre a aprovação da emenda e a posse de João Goulart - ou seja, as sessões dos dias 4, 5 e 6 de setembro - possui o potencial de nos fornecer novos elementos

para a compreensão da disputa política que se delineou após a adoção do novo regime de governo. Ainda, uma tal discussão talvez nos traga elementos para pensarmos os rearranjos ideológico-políticos feitos a partir da crise de 1961.

Além disso, cabe trazer a este estudo alguns livros e panfletos publicados à época, que sugerem que a discussão sobre o sistema de governo implantado foi algo mais profundo e espraído na sociedade letrada do período do que a literatura menciona. A disputa política desenvolvida após a implantação da emenda constitucional do parlamentarismo não se deu apenas pelo lado de João Goulart e de outros políticos como Juscelino Kubitschek, interessados na volta ao regime presidencial. Ela também se deu pelo lado dos parlamentaristas, que apostaram no esclarecimento da “opinião pública” sobre o parlamentarismo e a emenda constitucional n. 4. Uma breve análise desses discursos pode nos esclarecer algo sobre a interpretação do sistema político dos atores que votaram pelo parlamentarismo em 1961.

Este artigo está dividido em cinco partes: a primeira traz um panorama histórico da crise de 1961 e da “solução parlamentarista”; a segunda parte traz uma breve cronologia de como o parlamentarismo como saída para a crise apareceu na Câmara dos Deputados; a terceira parte toma como foco a análise dos discursos durante e, principalmente, após a implementação do novo sistema de governo; a quarta traz à tona alguns livros e panfletos circulados à época que podem nos indicar como a resolução parlamentarista continuou mobilizando a sociedade durante os anos de 1961 a 1963; separo a quinta e última parte para uma breve conclusão e síntese do artigo.

### **A crise da renúncia**

Em 25 de agosto de 1961, um dia depois do aniversário de sete anos do suicídio de Getúlio Vargas, o então presidente da república, Jânio da Silva Quadros, renunciou ao cargo. Alegava-se vencido pelas “forças da reação”, e denunciou, em carta lida naquela tarde na Câmara dos Deputados, as “forças terríveis” que entravavam o progresso do Brasil (Lima, 2018, p. 42). “Embora sem comprovações empíricas”, diz o historiador Jorge Ferreira, “as análises, quase unânimes, concordam que Jânio planejara um golpe de Estado. Sua atitude, imaginara ele, provocaria a reação popular e, principalmente, a militar” (Ferreira, 2014, p. 227). Jânio, no entanto, havia cometido “um grave erro de cálculo” (Skidmore, 2010, p. 242). O Congresso, na pessoa de Ranieri Mazzilli, acatou imediatamente a sua renúncia, e não se

viu nas ruas, no Congresso ou na cúpula militar nenhum grande movimento que pedisse a volta do ex-presidente ao poder. Na verdade, “[...] passado todo o dia após a renúncia, no Congresso praticamente não se falava mais em Jânio Quadros. A renúncia era fato consumado e seu governo, página virada” (Lima, 2018, p. 59). Persistia, no entanto, a questão da sucessão.

Constitucionalmente, a renúncia de Jânio Quadros significava a subida ao Executivo do então vice-presidente João Goulart. Acontece, porém, que Goulart era um líder trabalhista nacionalmente conhecido, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e identificado por seus opositores, especialmente pelos setores que lhe opunham no setor militar, como possível porta de entrada no Estado aos “agentes do comunismo” e do “sindicalismo” (Skidmore, 2010, p. 252). O temor, não restrito aos militares, era o de que Goulart instituisse no Brasil, assim como o ex-ditador e ex-presidente argentino Juan Domingo Perón, uma “república sindicalista”: esta era, ao menos, a imagem que os grandes periódicos da época haviam lhe atribuído, a imagem de um agitador sindicalista, figura tida como pouco condizente com o posto de vice-presidente que ocupava (Krilow; Martins, 2023).

Assim, ao prosseguimento garantido pela Constituição de 1946, seguiu-se em concomitância um movimento militar e civil que desejava impugnar a posse de João Goulart, passando o cargo da presidência diretamente ao que seria seu sucessor legal, Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados. Esse movimento, tendo à sua frente o ministro da Guerra, Odílio Denys, e o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, tentou fazer com que o Congresso Nacional votasse o *impeachment* de Goulart, impedindo-o de tomar posse antes mesmo que este pisasse em solo nacional: o então vice-presidente, afinal, não se encontrava no Brasil, mas em viagem diplomática à China.

Esse movimento operou inicialmente na surdina, e, além disso, muita desinformação foi recebida e trocada durante o interregno de 25 de agosto a 7 de setembro, dia da posse de João Goulart. Na sessão de 28 de agosto da Câmara dos Deputados, o deputado Padre Vidigal, do PSD de Minas Gerais, disse, irônico, que “em menos de quinze passos no ‘hall’ desta Casa, sôbre o mesmo assunto”, havia encontrado nada menos do que “cinco boatos diferentes, que ganhavam foros de veracidade por causa da autoridade das bôcas que os transmitiam” (Diário..., 29 ago. 1961, p. 6289). Além disso, a desinformação foi também tática de luta utilizada pelos atores mais ativos da crise, como os radialistas da “Rede da

Legalidade”, rede de transmissão de notícias articulada pelo governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola (PTB). De tempos em tempos, diz-nos o jornalista Amir Labaki, “era transmitido um boletim de guerra que dizia mais ou menos o seguinte: ‘Atenção Operação Netuno! Atenção Operação Ícaro! Não ajam sem o sinal predeterminado! Ação deverá ser fulminante. Não ajam sem o sinal predeterminado! Ação deverá ser fulminante e sem sobreviventes!’ (Labaki, 1986, p. 81-82). A “ação” mencionada não existia, era um blefe utilizado para assustar as tropas em comando dos ministros militares, fazendo-os acreditar que o movimento era maior do que realmente era.

De fato, à renúncia de 25 de agosto não se seguiram de imediato e da mesma forma as movimentações militares e civis à interdição de Goulart, o que servia como combustível à boataria. Segundo Labaki, o pecado original da “tentativa golpista” dos ministros militares teria sido a “improvisação” (Labaki, 1986, p. 64). Mais confusão ainda se criou pelo fato de que o veto dos militares à posse de João Goulart não se concretizou até a tarde de 28 de agosto. Entre a renúncia e esse momento, o impedimento militar chegou à opinião pública através das palavras dos deputados petebistas Rui Ramos, Ivete Vargas e Bocaiúva Cunha:

Segundo Rui Ramos, Denys Ihe disse [na manhã de 26 de agosto]: “informo ao deputado de que sou forçado a impedir que o dr. João Goulart assumo o poder. Digo-lhe mais, que se ele chegar ao território da República, serei forçado a prendê-lo, imediatamente” (Labaki, 1986, p. 54).

O *ultimatum* se fez mais concreto apenas no dia 28 de agosto, quando foi enviado ao Congresso Nacional mensagem presidencial de Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados e, portanto, presidente em exercício, manifestando, da parte dos ministros militares, a “absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao país, do vice-presidente da República, João Belchior Marques Goulart” (Labaki, 1986, p. 54). As cartas estavam postas na mesa: foi a partir de 28 de agosto, portanto, que os ministros militares aberta e oficialmente propuseram a destituição de Goulart.

O xeque dos ministros militares ao Congresso não pode obscurecer o fato de que dentre o próprio setor militar havia grande discordância entre os legalistas e aqueles que desejavam impedir a Goulart a subida à presidência. Na verdade, foi essa cisão um dos motivos para os dias de agonia experimentados no Brasil de 28 de agosto até 7 de setembro de 1961. Divididos, os militares legalistas encontraram na figura de Leonel Brizola e no

marechal Machado Lopes, comandante do III Exército, forte ponto de apoio. Isto levava a crise da renúncia a outro nível, ao nível de uma possível guerra civil, pois ambos os lados iam se encontrando progressivamente mais armados e preparados para o confronto direto.

“No dia 31”, escreveu Jorge Ferreira, “a possibilidade da guerra civil tornara-se assustadora”, dado a movimentação das tropas e as ameaças de parte a parte da alta cúpula das Forças Armadas (Ferreira, 2014, p. 241). Para Skidmore, “o período de 28 de agosto a 4 de setembro assistiu a um elaborado processo de queda de braço entre os militares” (Skidmore, 2010, p. 252). Relatando a cisão do exército, Amir Labaki escreve que “não obstante aos ministros militares a importante defecção do III Exército, começaram a espocar por todo o país movimentos de apoio à legalidade” (Labaki, 1986, p. 98). De fato, além das manifestações de tropas pelo país inteiro, em discordância às atitudes do ministro da Guerra, também havia a resistência civil: à resistência levada à frente por Lionel Brizola, juntou-se o movimento das barricadas levantadas por Mauro Borges, então governador de Goiás – estado, lembremos, que circundava a Capital Federal:

A maior mobilização, fora do Rio Grande do Sul, sem qualquer dúvida, foi a liderada pelo governador de Goiás, o tenente-coronel Mauro Borges [...]. Passando à ação prática, defendeu, com pesadas metralhadoras, o palácio da Esmeralda, sede do governo, e mobilizou a força pública estadual para a defesa de suas principais estradas. Como no Rio Grande do Sul, sindicatos operários, principalmente de Goiânia, abriram postos de alistamento para voluntários (Labaki, 1986, p. 99).

Essa mobilização civil-militar, segundo o cientista político Alberto Carlos Almeida, “e a intransigência dos defensores da posse de Goulart foram os fatores cruciais que levaram o Congresso e as elites políticas a buscar uma *solução negociada*” (Almeida, 1998, p. 93, *italico meu*). A “solução negociada” mencionada será a adoção do sistema parlamentarista de governo, que, embora tenha tido passagem e aceitação rápida entre os líderes políticos, não havia aparecido como solução para a crise até o dia de 28 de agosto.

### **A “solução parlamentarista”**

De fato, não foi até aquela manhã, três dias após a deflagração da crise, que, em reunião entre o então presidente Ranieri Mazzilli, os líderes parlamentares e os três ministros militares, a “solução parlamentarista” foi entendida como possibilidade concreta. Almino Affonso, líder do PTB na Câmara dos Deputados, estava presente a essa reunião, e,

segundo consta em entrevista fornecida ao jornalista Paulo Markun, em 2001, foi o primeiro a colocar o assunto em pauta. Affonso relatou na reunião com os líderes parlamentares e os ministros a conversa que havia tido com Goulart naquela mesma manhã: nesta, o vice-presidente pedia um conselho, pois mencionou que falara com o senador Afonso Arinos de Melo Franco, da UDN, e que este lhe propusera a adoção do parlamentarismo como solução para a crise. Almino Affonso teria dito ao líder trabalhista que “doutrinariamente” concordava com o parlamentarismo, “mas no fundo isso é um golpe” (Hamilton; Markun, 2011, p. 191).

No entanto, a menção de que a solução parlamentarista já havia sido pensada pelo vice-presidente foi suficiente para trazer à consideração dos líderes parlamentares presentes à reunião o sistema parlamentarista como saída para o imbróglio criado pelo veto militar à posse de João Goulart. Ao mesmo tempo, a solução foi vista com desconfiança inclusive por parlamentaristas históricos, pela forma como entrou em pauta. Raul Pilla, nesta mesma reunião, disse que “instituir o regime desse modo seria escamotear um dos fundamentos do sistema de governo” (Hamilton; Markun, 2011, p. 192). A partir de então, comentam Hamilton e Markun, criou-se uma situação curiosa, pois

O líder do partido cujo presidente tinha o direito constitucional de assumir apontara involuntariamente a saída que enfraqueceria o poder de Jango, enquanto o principal defensor do parlamentarismo [Raul Pilla] enchia-se de escrúpulos doutrinários no exato momento em que seu antigo sonho podia tornar-se uma realidade (Hamilton; Markun, 2011, p. 192).

Se a “solução parlamentarista” como saída para a crise teve um aspecto fortemente casuístico, o que fez até mesmo o histórico parlamentarista Raul Pilla hesitar quanto à ideia, o parlamentarismo como regime de governo mais estável a longo prazo já havia aparecido antes como possibilidade naqueles conturbados dias. No dia posterior à renúncia, 26 de agosto, o petebista Eloy Dutra subiu à tribuna para dizer que “a razão de toda esta crise decorre do regime presidencialista” (Diário..., 27 ago. 1961, p. 6221), defendendo a adoção no Brasil do parlamentarismo. Em aparte ao seu discurso, o deputado federal Rubem Nogueira, do PSD, complementa que “há muita gente hoje convertida ao parlamentarismo”. Isto se devia, para Rubem Nogueira, às atitudes do governo anterior, de Jânio Quadros: “Vimos, de fevereiro a agosto, o Chefe do Executivo Brasileiro fazer tantas coisas, usar de

tantas competências, praticar tantos atos que pareciam impossíveis a um só administrador”. Assim, era preciso mudar o regime “para que o govêrno não seja apenas a vontade arbitrária de um homem, mas o resultado do consenso de um colégio” (Diário..., 27 ago. 1961, p. 6222).

A ideia do parlamentarismo, entretanto, não foi aventada neste discurso como solução a esta crise: Eloy Dutra deixou claro em sua fala que a adoção deveria se dar “no próximo quinquênio”, pois adotar o novo sistema de governo como solução à renúncia de Jânio Quadros seria um “golpe contra a Constituição”. Ou seja, adotar-se o parlamentarismo por considerá-lo um sistema de governo menos instável era uma ideia que já transitava entre o meio político da época – e podemos perceber isto no fato do próprio Almino Affonso admitir-se “doutrinariamente” parlamentarista, na conversa com João Goulart –, mas não havia sido seriamente cogitada até a reunião dos líderes parlamentares em 28 de agosto na Câmara dos Deputados como solução para aquela crise.

De qualquer forma, foi a partir desse dia que a solução parlamentarista foi não apenas rapidamente aceita entre os líderes parlamentares, como rapidamente ajeitada, em seus aspectos jurídicos e técnicos, para ser aprovada em formato de lei. A articulação “por trás dos bastidores” pode ser em boa parte atribuída ao já mencionado Afonso Arinos de Melo Franco. O senador da UDN não apenas já havia entrado em contato com o vice-presidente João Goulart, mas, para que ninguém pudesse acusá-lo de não ter “combinado com os russos”, criou suas pontes no setor militar:

A cabeça-de-ponte entre os militares para que aceitassem o parlamentarismo com Jango foi, surpreendentemente, o próprio chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Cordeiro de Farias [...]. Ainda no dia 26, *procurado pelo senador Afonso Arinos* – eram velhos amigos –, apoiou sua tese de parlamentarismo como solução – “uma boa saída”. E começou a trabalhar neste sentido, junto a parlamentares seus amigos (Labaki, 1986, p. 109).

A busca por uma solução legal para a crise era visada até mesmo pelos ministros militares que a provocaram. É sintomático o telegrama enviado pelo ministro da Guerra, Odílio Denys, ao marechal Machado Lopes, em 27 de agosto:

*Elementos comunistas Congresso estão perturbando encontro solução legal crise decorrente renúncia Presidente (pt) Marechal Lott envolvido por tais agitadores lançou manifesto subversivo forçando o Ministro da Guerra determinar sua prisão*

pt Ministro pretende defender instituições e manter a Lei e a Ordem em todo País  
vg mesmo que para isso tenha que impedir posse Jango pt (Lima, 2018, p. 89,  
itálico meu).

Além do anticomunismo explícito na mensagem, é notável que a melhor saída percebida por Denys, por este telegrama, seria uma “solução legal”. O ministro não pensava com isto necessariamente a adoção do parlamentarismo, mas o impedimento de João Goulart, fosse como fosse. A decisão pelo parlamentarismo, no entanto, foi a saída encontrada pelos deputados e senadores federais – mas não de maneira consensual.

### **O parlamentarismo como elemento de polarização na Câmara dos Deputados**

Às 22h30 do dia 28 de agosto, após um dia inteiro de acalorados debates na Câmara dos Deputados, foi criada uma Comissão Mista para que se discutisse o *ultimatum* dado pelos ministros militares ao Congresso Federal. Essa Comissão Mista, assim chamada por ser formada tanto por deputados quanto por senadores, foi a responsável por formalizar a emenda parlamentarista votada pelo Congresso Federal entre 31 de agosto e 2 de setembro.

Já na sessão vespertina de 29 de agosto, a Comissão apresentou ao Congresso a solução tramada: a adoção do parlamentarismo. A Emenda Constitucional nº 4 de 1961<sup>1</sup>, que instituiu o sistema parlamentar de governo no Brasil, não fora criada especialmente para a ocasião: ela tramitava no Congresso, pelo nome de Emenda Constitucional de número 16, desde 6 de julho de 1961, como uma quarta tentativa do deputado Raul Pilla, líder do Partido Libertador e histórico defensor do parlamentarismo, de que fosse adotado o sistema no país. A discussão sobre a questão, além disso, não era nova: desde a constituinte de 1946 que a ideia da adoção desse regime de governo era aventada. Isso explica que essa Emenda Constitucional tenha chegado à Câmara não apenas pelas mãos de Raul Pilla, mas acompanhada da subscrição de nada menos que 256 deputados federais, um número que representava quase 80% dos deputados naquela legislatura (Carneiro, 1965, p. 156).

Dessa forma, a Comissão Mista pretendia, como solução legal, adaptar o texto apresentado por Raul Pilla para torná-lo condizente com a situação. Para isto, no entanto, precisava mexer no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que impedia que fossem

---

<sup>1</sup> A Emenda Constitucional aprovada em lei a 2 de setembro de 1961 pode ser lida na íntegra em Brasil (1961), nas referências ao fim do texto.

apresentadas subemendas a emendas constitucionais – impedindo, dessa forma, que fosse adaptado o texto de Raul Pilla às peculiaridades do momento –, além de requerer para a discussão das matérias votadas um tempo considerado longo demais pelos interessados na emenda parlamentarista. Assim, a Comissão Mista

Propôs uma série de medidas emergenciais que contrastavam com o regimento interno das duas casas, tais como reduzir os prazos de discussão, o intervalo entre as sessões e o número de parlamentares a falar. Os opositores à emenda puseram-se a defender que o regimento fosse igualmente respeitado (Lima, 2018, p. 100).

Um dos maiores opositores às mudanças regimentais colocadas pela Comissão Mista foi o deputado do PSB, Aurélio Vianna. Nas suas intervenções realizadas nos dias 30 e 31 de agosto e 1 de setembro, Aurélio Vianna tomou diversas atitudes a fim de obstruir a pauta, desde longas intervenções na Ordem do Dia até pedidos de votação nominal, para ocupar o tempo da sessão e não se votar a matéria. O deputado alagoano não economizou nas palavras, acusando os líderes da “maioria” de implantarem uma ditadura: “diz muito bem um nobre colega: É a hora dos cézares. Queremos implantá-los dentro da Câmara” (Diário..., 31 ago. 1961, p. 6362). Aurélio Vianna, líder do PSB, pergunta, combativo: “será o Regimento obedecido, ou alterado para se modificar inclusive a Constituição?”. A resposta de um outro deputado, Nelson Carneiro, do PSD baiano, definirá a questão: “entre rasgar a Constituição e rasgar o Regimento, vamos rasgar o Regimento, para salvar o Brasil. (*Palmas*)” (Diário..., 31 ago. 1961, p. 6362). Não se negava, portanto, que o Regimento Interno da Câmara estava sendo “rasgado”, apenas se observava que as condições assim o exigiam. O argumento da “ilegalidade” na votação do parlamentarismo acompanhou os opositores à mudança de sistema, que acusaram não apenas o Regimento Interno de ser “rasgado”, mas, mais tarde, a votação ter sido feita em “estado de sítio”, o que seria inconstitucional.

Os protestos contra as reformas regimentais também foram expressos por outros dois deputados, Gabriel Rezende Passos (UDN) e José Alckmin (PSD). Transcrevo abaixo parte do protesto de Gabriel Passos, pela síntese de posição feita pelo udenista:

Parece-me que essa conduta traduz aquilo que o nobre líder da Maioria, o nosso ilustre colega Deputado José Alckmin acabou de dizer da tribuna, isto é, que não mais é hora de discussão, que agora, a Maioria quer determinada coisa. A Minoridade, portanto, nada significa nesta Casa. A voz aqui torna-se impossível. O terceiro, o quarto, o quinto ou o centésimo exército está às portas de Roma. Não se pode falar

(*muito bem*), não se pode mais nem ao menos opinar, porque arranjam-se dispositivos regimentais inadequados para impor solução a toque de caixa (Diário..., 31 ago. 1961, p. 6364).

Embora os dois deputados citados acima sejam da UDN e do PSD, foi o PTB o partido que mais se mobilizou contrariamente à adoção do parlamentarismo. Embora não atuando de forma a obstruir a matéria, os deputados petebistas, juntamente aos deputados pessebistas, vão se notabilizar neste período pela denúncia ao que chamavam de “golpe nas instituições”. Na mesma sessão em que Aurélio Vianna acusava a “maioria” de rasgar o regimento, o líder do PTB, Almino Affonso, profere voto em que diz que a posição que seu partido considera como ideal não seria a votação pela emenda parlamentarista, mas o reconhecimento, pelo Congresso, da “inexistência de qualquer impedimento para que o Dr. João Goulart assumisse a Vice-Presidência da República (sic), como é direito que a Constituição lhe assegura”, ou seja, “com os poderes que o povo lhe conferiu” (Diário..., 31 ago. 1961, p. 6366).

É sintomático do acirramento das questões o discurso de um outro petebista, Bezerra Leite, no fatídico 28 de agosto, sugerindo a transferência do Congresso Federal para a cidade de Porto Alegre, onde Lionel Brizola mobilizava a resistência armada ao *ultimatum* dos ministros militares a Jango:

Ali deveremos funcionar, enquanto perdure a situação de tentativa de golpe, de intranquilidade e de coação que estamos vivendo. O Governador Leonel Brizzolla (sic) e o Comandante do 3º Exército asseguram-nos tôdas as garantias para o perfeito funcionamento do Parlamento Nacional naquela cidade. Ali, o Poder Legislativo, em perfeita colaboração com o Sr. *Presidente da República*, Dr. João Goulart, que deverá chegar a Pôrto Alegre amanhã, trabalhará para que se afirme a Constituição da República, para que se dê continuidade ao regime e para que se assegure o funcionamento normal e regular da democracia brasileira, nos moldes estabelecidos pelos dispositivos constitucionais vigentes (Diário, 29 ago. 1961, p. 6289. *Itálico meu*).

O PTB não ficou apenas nos discursos. A emenda parlamentarista foi aprovada, em primeira discussão, por 234 a 59 votos, e, na segunda discussão, por 233 a 55 votos contrários. Em ambos os casos, 35 dos votos contrários vieram do PTB (Lima, 2018, p. 103-104). À época, o partido contava com 63 cadeiras (Nicolau, 2004, p. 124), o que significa que 55,5% do partido teria votado contra a emenda do parlamentarismo. A leitura dos Anais da Câmara dos Deputados nos traz a informação, porém, de que, na primeira votação da

madrugada de 2 de setembro de 1961, houve 7 deputados petebistas faltosos (Coleção..., 2 ago. 1961, pp. 533-534). Além disso, a leitura dos discursos feitos pelos deputados nos dias posteriores à votação nos traz a informação do deputado petebista pelo Rio de Janeiro, Jonas Bahiense, de que o seu voto foi erroneamente divulgado no Diário e nos Anais do Congresso como “sim”, mas que ele teria se ausentado no momento da votação (Diário..., 6 set. 1961, p. 6477-6478). A acreditar nesta informação, e considerando os outros 7 deputados faltosos, a porcentagem de petebistas *presentes* que votaram contra o parlamentarismo sobe para 63,6%, praticamente 2/3 da bancada.

O posicionamento específico do PTB contra o parlamentarismo, à diferença do comportamento de deputados de outros partidos que também se posicionaram contrários ao parlamentarismo, se refletiu nos posicionamentos futuros em plenário. Vale notar como o udenista Gabriel Passos, citado acima como contrário à votação da Comissão Especial que permitiu a votação corrida da emenda constitucional, justificou mais tarde o seu voto “sim” pelo parlamentarismo:

Os demais colegas, pelo menos no que me tange e a muitos outros que conheço, não são covardes ou ambiciosos, nem pretendem cargos ou posições. Agiram da forma porque o fizeram na convicção de que prestavam um serviço ao País, até mesmo por não conhecer pessoalmente o Senhor João Goulart e não saber da sua capacidade de resistência e de afirmação diante de acontecimentos perigosos (Diário..., 5 set. 1961, p. 6418).

A fala, defensiva, visa defender a “honra” dos que votaram pelo parlamentarismo, e pode nos indicar que o clima no plenário não estava dos melhores. Mas ele também indica que, apesar de sua oposição inicial, Gabriel Passos “virou a casaca” e não apenas votou a favor do parlamentarismo, mas se viu na obrigação de defender seus colegas parlamentares que foram de mesma opinião. O quanto de influência partidária há nessa decisão?

Foi atitude de alguns deputados logo nos dias posteriores à aprovação da emenda o ataque à mudança de sistema de governo. Foram 39 discursos e um longo aparte dados no “Pequeno Expediente”<sup>2</sup> da Câmara dos Deputados nas sessões entre 4 de setembro e 6 de

---

<sup>2</sup> O “Pequeno Expediente” é o espaço regimentalmente reservado na ordem dos trabalhos da Câmara dos Deputados para breves comunicações e discursos. Pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), não é permitido o aparte no “Pequeno Expediente”, resolução que nem sempre é respeitada. Foi o caso da intervenção de Clemens Sampaio (PTB-BA) durante o discurso de Miguel Bahury (PSD-MA), em 5 de setembro.

setembro de 1961, espaço reservado para comunicações e discursos breves. A breve análise dessas falas já nos aponta uma certa polarização acerca da ideia parlamentarista, mas, especialmente, da forma como ela se deu. Foram 12 falas em contrário e 12 falas a favor da votação realizada na madrugada de 2 de setembro. Sistematizo abaixo a distribuição das falas *negativas* à aprovação da emenda constitucional:

**Tabela 1** - Discursos contrários à emenda parlamentarista feitos no "Pequeno Expediente" entre os dias 4 e 6 de setembro de 1961

<i>Nome</i>	<i>Partido</i>	<i>UF</i>	<i>Data</i>
<i>Waldir Simões</i>	PTB	GB	04/09
<i>Milton Reis</i>	PTB	MG	04/09
<i>Ary Pitombo</i>	PTB	AL	04/09
<i>Breno da Silveira</i>	PSB	GB	04/09
<i>Neiva Moreira</i>	PSP	MA	04/09
<i>José Sarney</i>	UDN	MA	04/09
<i>Jonas Bahiense</i>	PTB	RJ	05/09
<i>Ramon Oliveira Neto</i>	PTB	ES	05/09
<i>Neiva Moreira</i>	PSP	MA	05/09
<i>Clemens Sampaio</i>	PTB	BA	05/09
<i>Ary Pitombo</i>	PTB	AL	06/09
<i>Vasconcelos Torres</i>	PSD	RJ	06/09

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no Diário da Câmara dos Deputados.

A presença do PTB é visível, embora não hegemônica, contribuindo com 7 das 12 intervenções no período. Se considerarmos, entretanto, o universo dos partidos de esquerda, temos um total de 10 das 12 intervenções, com a inclusão dos discursos vindos de deputados do PSP e do PSB.<sup>3</sup> Essa tendência é importante de ser destacada, pois a literatura,

---

Pelo tamanho da intervenção, que se constituiu quase em uma comunicação própria, decidi incluí-lo na contabilização dos discursos.

<sup>3</sup> Utilizo aqui da classificação ideológica dos partidos da época feita por Nicolau (2004, p. 93).

quando aborda a votação e discussão da emenda parlamentarista no Congresso, destaca não a cisão entre os partidos, mas um clima de concordância geral.

O conteúdo das críticas foi vário. Waldir Simões (PTB-GB), em 4 de setembro, criticou a “maneira apressada e inoportuna por que foi mudado o sistema de governo de nossa Pátria”. O deputado prosseguiu, informando que escutou, na “Rádio Nacional de Brasília”, que os líderes parlamentares já estavam se articulando para compor o novo governo, sem consulta nem ao PTB, nem a Goulart: “Dêsse documento não constava o nome do meu Líder que acato e respeito, o bravo companheiro Deputado Almino Afonso”. O deputado, então, protestou “contra essa fraude feita ao povo brasileiro e contra o esbulho ao Presidente João Goulart” (Diário..., 5 set. 1961, p. 6417).

Outro argumento levantado contra o parlamentarismo foi o já mencionado argumento de que sua adoção teria se dado por forma inconstitucional. Milton Reis (PTB-MG), em discurso de 4 de setembro, deixa claro este ponto: “Votamos contra a mudança, porque achamos que as regras do jogo não poderiam ser mudadas, depois da partida”. O deputado, entretanto, diz respeitar a posição da maioria da Câmara, e faz votos para que o novo sistema atenda “aos anseios e às reivindicações do povo brasileiro” (Diário..., 5 set. 1961, p. 6417). Nesta mesma sessão, o deputado do PSB, Breno da Silveira chamou o regime parlamentarista de “pseudo democrático” (Diário..., 5 set. 1961, p. 6418).

Único udenista a se pronunciar contrário à emenda parlamentarista imediatamente após sua aprovação, José Sarney (UDN-MA) também critica a forma apressada de sua tramitação, aludindo para seu caráter casuístico: “O que estamos fazendo não é a adoção de um sistema, mas a de uma solução artificial para uma crise cujas raízes se encontram nos próprios homens”. Para Sarney, “A única solução para uma crise desta natureza política seria a fórmula impessoal da Constituição”, e a vitória do parlamentarismo não significou o abrandamento dos ânimos, como menciona a literatura citada, mas, por tratar-se de “fórmula artificial”, “o fomento do ressentimento pelo outro” (Diário..., 5 set. 1961, p. 6419).

Esse clima de ressentimento também foi percebido por Neiva Moreira (PSP-MA). Para o deputado, a “grande batalha ainda não está travada”. Moreira reltou que andou por diversos lugares e conversou com diferentes pessoas e sentiu “como o povo está apaixonado, e apaixonado pela idéia em si, pela defesa da Constituição, do mandato do Sr. João Goulart”. A “grande batalha” a que se refere o deputado seria a batalha contra “as aves agouzeiras do reacionarismo”. Mesmo assim, o deputado, seguindo a tônica do momento,

diz não considerar que os colegas que votaram favoravelmente pelo parlamentarismo tenham “traído a causa republicana” (Diário..., 5 set. 1961, p. 6419).

Outros discursos, como os de Ary Pitombo (PTB-AL) e Vasconcelos Torres (PSD-RJ), em 6 de setembro, não se focaram exatamente sobre a emenda parlamentarista, mas sobre a prisão, ainda em curso, do Marechal Teixeira Lott, decretada pelo agora ex-ministro da Guerra Odílio Denys. A exaltação da figura de Lott como parte daqueles “que se encontram presos por defenderem a Constituição da República” (Diário..., 7 set. 1961, p. 6513), como disse Ary Pitombo, antagoniza com aqueles que entenderam a “solução parlamentarista” como saída legal e legítima à crise.

Encontramos ainda mais elementos para avaliar o clima pós-votação na Câmara dos Deputados daquele período nos discursos favoráveis à emenda. Eles são estes, sistematizados abaixo:

**Tabela 2** - Discursos favoráveis à emenda parlamentarista feitos no "Pequeno Expediente" entre os dias 4 e 6 de setembro de 1961

<i>Nome</i>	<i>Partido</i>	<i>UF</i>	<i>Data</i>
<i>Medeiros Neto</i>	PSD	AL	04/09
<i>José Menck</i>	PDC	SP	04/09
<i>Gabriel Passos</i>	UDN	MG	04/09
<i>Anísio Rocha</i>	PSD	GO	04/09
<i>Último de Carvalho</i>	PSD	MG	04/09
<i>Miguel Bahury</i>	PSD	MA	05/09
<i>Pereira da Silva</i>	PSD	ES	05/09
<i>Dirceu Cardoso</i>	PSD	ES	06/09
<i>Padre Nobre</i>	PTB	MG	06/09
<i>Anísio Rocha</i>	PSD	GO	06/09
<i>Último de Carvalho</i>	PSD	MG	06/09
<i>Miguel Bahury</i>	PSD	MA	06/09

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no Diário da Câmara dos Deputados.

Sem muita análise, já salta aos olhos uma informação importante: petebista, apenas o deputado Padre Nobre. Assim, mesmo que alguns petebistas tenham votado favoravelmente à emenda, percebe-se que eles não se sentiram muito confortáveis em defendê-la em momento posterior.<sup>4</sup> Além disso, a intervenção do Padre Nobre foi a única proveniente de um partido de esquerda, sendo todas as outras 11 vindas de partidos de centro ou direita.<sup>5</sup>

O tom dos discursos favoráveis também variou entre esses deputados. Para Anísio Rocha (PSD-GO), a adoção do parlamentarismo veio corrigir antigos erros do presidencialismo, e se justificou não apenas como solução para a crise específica de 1961: “as eleições se estavam tornando verdadeiras guerras emocionais, em que as massas não votavam nos programas e nas idéias dos candidatos, mas nos seus ‘slogans’ primários e humorísticos”. O novo sistema teria vindo como elemento renovador, estimulando o povo a “votar principalmente nos partidos, nas idéias, nos programas que êles encarnam” (Diário..., 7 set. 1961 p. 6513). O tom desse pessedista goiano não foi sempre ameno como parece nessa sessão do dia 6 de setembro. Dois dias antes, Anísio Rocha foi incisivo ao afirmar que o Congresso não havia votado a emenda sob coação, “a não ser por grupos comunistas que lá fora, e até aqui dentro do plenário, instigavam os Deputados a não votar a emenda parlamentarista” (Diário..., 5 set. 1961 p. 6418). De qualquer forma, assoma em seu discurso a aposta no parlamentarismo como depurador da cultura política brasileira. Esse argumento foi também constante, como veremos, nos escritos parlamentaristas dos anos que se seguiram à adoção do sistema.

O argumento anticomunista apareceu no discurso até mesmo de deputados que disseram ter votado pela emenda apenas após o consentimento de João Goulart. É o caso de Último de Carvalho (PSD-MG), conhecido deputado conservador de seu partido. Ele chegou a dizer que, na Câmara, havia “uma maioria que apóia o movimento pró-João Goulart, mas não para o Sr. João Goulart assumir a Presidência, mas para ser a bandeira do Estado socialista. Esta é a verdade que precisa ser dita” (Diário..., 5 set. 1961, p. 6418).

---

<sup>4</sup> A ausência de deputados udenistas também pode ser apontada. Nos 16 discursos restantes dados nestes três dias, que, embora abordassem a crise da renúncia, não se referiram exatamente à emenda parlamentarista, só consta a presença do deputado Alves de Macedo (UDN-BA). Assim, a UDN conta com um representante que se pronunciou contrário, um que se posicionou favorável, e um terceiro cujo posicionamento não foi bem identificado entre um lado e outro.

<sup>5</sup> Novamente, me utilizo da classificação ideológica presente em Nicolau (2004, p. 93).

Outro deputado que disse ter votado a favor da emenda apenas após o aceite de Goulart foi Miguel Bahury (PSD-MA). Dizendo-se aliviado, Miguel Bahury proclama que “O Brasil volta, segundo notícias, as mais autorizadas, à sua tranquilidade tão justamente merecida” (Diário..., 6 set. 1961, p. 6479). A razão para a volta à tranquilidade, é claro, teria sido a votação a favor da emenda parlamentarista. O deputado agradece àqueles que votaram favoravelmente à mudança de regime, embora também faça loas aos que, “por convicção”, votaram contrariamente, e coloca o adendo: “só votei por essa emenda depois que os líderes do PTB trouxeram a esta Casa a palavra do Sr. João Goulart, único interessado na manutenção deste *status* ou na sua reformulação” (Diário..., 6 set. 1961, p. 6479).

O tom ameno do discurso não foi suficiente para conter o protesto de Clemens Sampaio (PTB-BA). Interrompendo o discurso de Bahury, o petebista comentou que “o povo não aceita o parlamentarismo encaixado à última hora, sob a pressão de um grupo de militares, que pretendeu arrolhar a liberdade do Brasil”. A troca que se seguiu é singular do momento tenso que viveu o Brasil da época:

O SR. MIGUEL BAHURY – Não importa a valentia de fancaria. Não importa a grita.

O Sr. Clemens Sampaio – Não é valentia, mas é a verdade.

O SR MIGUEL BAHURY – Estamos habituados a enfrentá-la. Enfrentamos o próprio povo, o qual tem muito mais valor do que aqueles que não sabem representá-lo. O nobre colega Clemens Sampaio sabe do grande respeito e estima que lhe dedico: mas não tem o direito de faltar ao respeito para com a maioria do Congresso a que pertence.

O Sr. Clemens Sampaio – Faltar ao respeito, não. Votei contra aquilo que considero uma indignidade, um escárneo à Nação, uma imoralidade praticada na calada da madrugada (Diário..., 6 set. 1961, p. 6479).

Por fim, foi constante a menção a Raul Pilla dentre os apoiadores do novo sistema de governo. Medeiros Neto (PSD-AL) abriu o seu discurso de maneira otimista: “abre-se ciclo político de uma história nova para o país: a adoção do sistema parlamentarista” (Diário..., 5 set. 1961, p. 6416) e, logo depois, comunicou a proposição de dois projetos de lei de sua autoria: um destinado à construção de um busto de Raul Pilla na Capital da República, e o segundo destinado à construção de um segundo busto, mas na Câmara dos Deputados. Segundo Medeiros Neto, Pilla será, para a mocidade de hoje e a juventude de amanhã “um modelo permanente de verticalidade de um homem público” (Diário..., 5 set. 1961, p. 6416).

Também José Menck (PDC-SP) utilizou de seu tempo para elogiar, pessoalmente, aquele histórico parlamentarista.

Os 16 discursos não considerados neste artigo não deixaram de abordar a crise do momento – à exceção de um, de Valério Magalhães (PSD-AC), em 6 de setembro – e muitos destes vinham de deputados que tomavam clara posição a favor ou em contrário ao parlamentarismo. É o caso do petebista Waldir Simões, já mencionado em discurso de 4 de setembro. No dia seguinte, o deputado voltou à tribuna, não para atacar diretamente o sistema parlamentarista, mas para reclamar ao Presidente da República a escolha de ministros que venham “em termo de reação” (Diário..., 6 set. p. 6478). Outros discursos, como os de Benjamin Farah (PSP-GB), 5 de setembro, e Cunha Bueno (PSD-SP), 6 de setembro, tiveram como *motif* a libertação de presos políticos, sejam sindicalistas presos, seja o próprio marechal Lott, mas não se posicionaram claramente a favor ou contrariamente ao parlamentarismo. Também encontraremos alguns discursos, como o de Rubem Nogueira (PSD-BA), em 6 de setembro, elogiosos ao papel exercido por Ranieri Mazzilli durante a crise.

Alberto Carlos Almeida escreveu, em livro seu já mencionado, que “a adoção do parlamentarismo satisfaz parcialmente as demandas de todos os atores políticos relevantes” (Almeida., 1998, p. 95-96). De fato, como disse um cientista político francês contemporâneo do período, “não há nem grande vencedor, nem grande vencido” (Morazé, 1962, p. 47)<sup>6</sup>: o parlamentarismo adotado no Brasil foi um “híbrido”, pois além de vetar a João Goulart a dissolução do Congresso Federal naquela legislatura, característica marcante dos sistemas parlamentaristas, garantiu ao Presidente da República poderes que o permitiam competir com o recém-criado cargo de Primeiro Ministro.

A análise dos discursos feitos no “Pequeno Expediente” nos dias entre a adoção do parlamentarismo (2 de setembro) e a posse de João Goulart (7 de setembro), no entanto, nos traz mais elementos para avaliarmos como foi o impacto e quais foram os posicionamentos políticos derivados da “solução legal” à crise de 1961. Mesmo que grande parte dos deputados procurasse ressaltar o clima de paz que deveria se colocar a partir de então nos debates nacionais, não faltaram atritos. Questões como a legalidade da votação (seja pelos atropelos regimentais, seja pelo “estado de sítio” que o país vivia), a falta de

---

<sup>6</sup> No original: “Il n’y a ni grand vainqueur, ni grand vaincu” (Morazé, 1962, p. 47).

popularidade do parlamentarismo na sociedade, a presença de comunistas agitando as decisões da Câmara: todas estas foram questões colocadas pelos deputados. Além disso, a distribuição de deputados favoráveis e contrários à votação do parlamentarismo seguiu um critério ideológico bem definido, o que contrasta com o que a literatura diz sobre o assunto: das 12 manifestações contrárias, 10 vieram de partidos de esquerda, ao passo que 11 das 12 manifestações favoráveis vieram de partidos de centro ou de direita.

Dessa forma, a escolha pelo parlamentarismo no Brasil não pode ser considerada apenas como medida emergencial que visava manter a institucionalidade do Estado brasileiro e a respeitabilidade do Congresso Nacional a salvo do que teria sido, segundo Argelina Figueiredo acertadamente nomeia, um “golpe militar de baixo custo” (Figueiredo, 1993, p. 37). Colaborando ou não com os militares, havia outras saídas: o *impeachment* de João Goulart e reconhecimento de Ranieri Mazzilli no poder; a reiteração do reconhecimento de João Goulart como presidente da República, com plenos poderes; o estabelecimento de novas eleições para presidente; o estabelecimento de uma eleição indireta para a presidência da República etc. A escolha pelo parlamentarismo, além de ter sido uma saída legal que evitou o derramamento de sangue que uma guerra civil causaria, também representou a força dos partidos conservadores no Congresso Nacional frente aos partidos de esquerda, que defendiam o seguimento estrito da Constituição Federal.

Além disso, é importante lembrar que a escolha pelo parlamentarismo não se deu repentinamente. É inegável que sua implementação se deu “a toque de caixa”, como disseram alguns dos contemporâneos da crise de 1961, mas também é verdade que o parlamentarismo já era considerado há um tempo uma “revolução branca”<sup>7</sup> por amplos setores do Congresso Nacional. E não apenas.

### **O debate parlamentarista em 1961 para além do Congresso**

Contemporâneo e partícipe apaixonado dos debates do período, Levi Carneiro escreveu em 1965 que “a reforma parlamentarista ia seduzindo, em larga escala, o espírito ansioso de nossa gente e conquistando novas adesões”. Presidencialista declarado, percebeu que, à época, “multiplicaram-se os livros e monografias, de merecimento variado, apoiando uma ou outra forma de organização constitucional” (Carneiro, 1965, p. 69).

---

<sup>7</sup> O termo é de José Menck (PDC-SP), em discurso de 5 setembro de 1961 (Diário, 6 set. 1961, p. 6479).

De fato, aquecida pela mudança de sistema político, a sociedade civil se mobilizou e não deixou de discutir a questão. É ainda Levi Carneiro quem nos aponta para o dossiê organizado, ainda sob a vigência do parlamentarismo adotado em 1961, pela “Revista da Faculdade de Direito” da Universidade da Bahia, “expondo-lhe [a reforma parlamentarista] as origens e as características, quase todos acentuando as incoerências do nosso Ato Adicional, a falta de certos requisitos do sistema e temores sôbre a sua aplicação” (Carneiro, 1965, p. 68).

A escolha pelo parlamentarismo não se deu de maneira casuística, havendo, pelo menos desde a constituinte de 1946, uma séria discussão quanto à opção pela mudança de regime. Como já mencionei, a própria adoção pelo parlamentarismo na crise de 1961 se deu, formalmente, a partir de emenda à constituição apresentada anteriormente pelo deputado Raul Pilla. Assim, é natural que essa discussão não tenha se esgotado nos corredores do Congresso Federal, sendo motivo de uma série de publicações que requestraram o assunto em termos muito pouco específicos. Discutia-se as vantagens e desvantagens morais dos regimes de governo, as raízes históricas do presidencialismo brasileiro, e as possibilidades de adaptação do povo brasileiro ao parlamentarismo.

O jurista Loureiro Júnior, no apagar das luzes do sistema parlamentarista brasileiro, publicou um livro sobre o tema. Com prefácio assinado em 17 de novembro de 1962, quando o referendo quanto ao sistema de governo já havia sido marcado para o dia 6 de janeiro de 1963, *Parlamentarismo e Presidencialismo* é, como diz o autor, parte de curso ministrado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Loureiro Júnior é claro quanto a importância do assunto naquele período:

O seu tema era assunto dominante em todos os círculos culturais. Os meios universitários, sobretudo, agitavam-se ao debatê-lo. Procurava-se, por tôda a parte, conhecer o significado e alcance do Ato Adicional, que instaurara o regime parlamentarista no País. A matéria ganhara ainda maior relevo, porque não estava em foco, quando uma inesperada reforma constitucional, em meio a grave crise político-militar, colocara-a em extraordinário destaque (Loureiro Júnior, 1962, p. VII).

Durante a crise da renúncia de Jânio Quadros, o deputado federal Raul Pilla não perdeu tempo, e não apenas relançou o seu livreto *Catecismo do parlamentarismo*, reeditado para o debate específico daqueles tempos sob o sugestivo título *Parlamentarismo ao alcance de todos*, como mobilizou outros políticos de seu partido (PL) a fazerem o mesmo, entrando em peso no debate público. O interesse desses parlamentaristas, que

reconheciam a importância da opinião pública na questão, era o de trazer para si o quanto conseguissem de apoio da sociedade à emenda promulgada na madrugada de 2 de setembro de 1961.

*Parlamentarismo ao alcance de todos* é uma cartilha impressa com papel barato e de pequena dimensão, 15,5cm por 12cm, claramente feita para ser amplamente distribuída. Em prefácio à nova edição, escrito por Paulo Brossard de Souza Pinto, então deputado estadual pelo PL, lê-se que a adoção do parlamentarismo em setembro de 1961 não foi evento inesperado, pois vinha sendo longamente gestada. Acontece, diz Paulo Pinto, que “as grandes reformas, aqui e em tôda parte, quase sempre se fazem nos momentos de crise”. A agonia do interregno entre a renúncia de Jânio Quadros e a adoção do sistema parlamentarista teria servido de estopim para sua adoção, pois “é nos momentos de dor, quando tudo parece ruir, quando se fendem anacrônicas estruturas, que se fazem as reformas represadas pela rotina, pela inércia e pelos interesses consolidados” (Pilla, 1961, p. 10).

Também é esta a opinião que se lê em outra cartilha do período, escrita em 1961 por João Camilo de Oliveira Torres – segundo a assinatura do prefácio, a cartilha foi encomendada pela editora Itatiaia, de Minas Gerais, e foi escrita bem no calor do momento: a assinatura é de 7 de setembro, apenas uma semana após a promulgação do sistema parlamentarista no Brasil. Conhecido escritor dedicado ao campo da “História das Ideias”, professor na Faculdade de Filosofia na Universidade de Minas Gerais e membro da Academia Mineira de Letras, ele dedicou a sua *cartilha do parlamentarismo* aos “companheiros do Partido Libertador”. Nela se lê que

Desde 1946 que projetos parlamentaristas são apresentados à Câmara, sempre bem votados, não sendo aprovados apenas por uma questão de *quórum*. Podemos dizer que, nestes últimos 15 anos, não se passou um dia sem que houvesse um discurso de pregação parlamentarista. Era, pois, uma idéia madura, à espera do choque psicológico que a fizesse ser aprovada, choque a que a súbita e inacreditável renúncia do Presidente Jânio Quadros (a demonstrar de maneira viva a que perigos pode levar o presidencialismo) veio proporcionar. Já havia, afinal, um projeto pronto para ser aprovado, ao qual foram feitas alterações oriundas da situação histórica, mas que, em linhas gerais, foi mantido (Torres, 1962, p. 66).

A questão dos partidos políticos nestas duas cartilhas é trazida à tona em termos consideravelmente abstratos. Em ambas, se percebe o pressuposto de que o

parlamentarismo requer partidos fortes – mas também pode-se ler a esperança de que esse novo sistema de governo vá levar a isso. Na cartilha escrita por Raul Pilla lê-se que

Portanto, êste parlamento tem uma diretriz, uma orientação geral, que é resultante da orientação, diretrizes dos partidos nêle representados. Ora, esta orientação geral é, por sua própria natureza, estável. Os partidos não mudam de programa, nem sequer de tendências, da noite para o dia. Cada um tem o seu caráter próprio, que dificilmente se modifica (Pilla, 1961, p. 51).

A menção à existência de programas partidários e à estabilidade destes é curiosa, visto que era comum entre os contemporâneos de Raul Pilla a crítica, justamente, à falta de ambos os elementos no sistema partidário brasileiro. O livreto de Camilo Torres leva isto em conta, embora aponte como o parlamentarismo pode vir a superar a questão:

O sistema parlamentar, por outro lado, pode conduzir a política ao sistema de partidos, a partidos realmente ideológicos (e sentimos que há uma aspiração neste sentido, anulada pela universalmente reconhecida contradição entre o presidencialismo e os partidos doutrinários) e, principalmente a partidos de classes (Torres, 1962, p. 72).

As “cartilhas” seguiam à risca os argumentos presentes nos votos de Raul Pilla, em 1949 e 1952, expostos em *Presidencialismo ou parlamentarismo?* (Franco; Pilla, 1958). Outro livro publicado em 1962 é ainda mais esperançoso quanto ao papel do parlamentarismo na formação de uma sociedade mais elevada. Constituinte em 1946 pela União Democrática Nacional (UDN), representando o Rio Grande do Norte, José Augusto Bezerra de Medeiros foi também um histórico parlamentarista, e dedicou o seu livro *Presidencialismo versus Parlamentarismo*, escrito no calor do momento de 1962, a Raul Pilla. Para José Augusto Medeiros, o Ato Adicional nº4

Ao invés de ser combatido, deverá ser preservado e corrigido nas falhas que nêle realmente ainda se encontram, para que ingressemos definitivamente na mais autência das democracias, nas quais só há lugar de direção para os homens de elite, e o Brasil sempre os possuiu do melhor quilate (Medeiros, 1962, p. 79).

O elogio aos “homens de elite” se soma aos elogios feitos ao período do Segundo Império (1840-1889), que teria dado ao Brasil “o crédito externo, o valor da moeda, a

moralidade burocrática, critério, sisudez e elevação de vistas na crítica e exame da oratória parlamentar” (Medeiros, 1962, p. 116). Esse período de bonança, para Medeiros, só poderia ser novamente experimentado pelo Brasil na adoção de um regime parlamentarista, que criaria o ambiente propício à formação de uma elite competente.

Citando o jurista e intelectual Gilberto Amado, o autor compara os dois regimes, e aponta que, se “o regime parlamentar anima os debates, vivifica as consciências, fecunda a vida pública”, o “regime presidencial escraviza os parlamentos, estrangula a palavra, implanta o silêncio, desanima e creta a inteligência” (Medeiros, 1962, p. 79). José Augusto coloca na conta do presidencialismo o nosso sistema partidário considerado por ele como fraco. Para esse escritor potiguar, é “sob a pressão do poder unipessoal de um Executivo arbitrário” que o “Congresso abastarda-se, cada dia mais absorvido e de delegação em delegação de suas atribuições precípuas” (Medeiros, 1962, p. 117). Ao fim de seu livro, o autor exorta “todos os verdadeiros democratas brasileiros, formando uma força uma e invencível, para evitar o retorno ao presidencialismo” (Medeiros, 1962, p. 159), e pergunta:

Que sistema de govêrno convém ao Brasil – o que só nos deu a desordem em todos os seus aspectos – política, militar, econômica, financeira, moral e social, ou o que nos proporcionou 40 anos de paz, tranquilidade, compostura, moralidade, austeridade mais absoluta no emprêgo dos dinheiros públicos? (Medeiros, 1962, p. 160).

Ainda um outro livro publicado nesta época foi o livro *O que é parlamentarismo*, de Francisco de Paula Rodrigues Alves Filho, presidente do Partido Libertador (PL) de São Paulo (Alves Filho, 1961). A publicação tinha como intenção, como escreveu o político na introdução datada de setembro de 1961, de “esclarecer a Nação” quanto às potencialidades do novo regime (Alves Filho, 1961, p. 13). Isso era essencial, pois

Ocorrerá, por certo, em futuro não remoto a realização de um plebiscito para que a Nação diga se lhe satisfaz o regime parlamentarista, ou se deseja retornar à prática presidencialista. Daí, ser essencial que o *parlamentarismo* seja honesta e decididamente esclarecido para que a verdade sôbre a sua excelência assegure a permanência do Ato Adicional de 3 de setembro de 1961 [sic] (Alves Filho, 1961, p. 13).

O livro se dedicou “à opinião pública do Brasil. Principalmente, contudo, aos intelectuais, às classes trabalhadoras e aos estudantes”, assim como aos “verdadeiros homens públicos” (Alves Filho, 1961, p. 14), e foi organizado em duas partes: na primeira, o autor tentou abordar, de forma didática, tanto o que, doutrinariamente, era o parlamentarismo, quanto suas variações ao longo do mundo. A segunda parte se refere à própria emenda constitucional aprovada em 2 de setembro daquele ano, em que o autor comenta artigo por artigo, com o intuito de elucidá-los. Ao fim, Alves Filho, ao combater aqueles que apostavam no plebiscito como superação do regime recém-imposto, cita um artigo publicado na “Fôlha de São Paulo”, naquele setembro de 1961, por Arnaldo Malheiros, “alto funcionário da Justiça Eleitoral de São Paulo”, que dizia que “foi o povo, portanto, através de seus genuínos mandatários, que modificou seu regime de govêrno, a título experimental” (Alves Filho, 1961, p. 156). Nas palavras desse articulista, Alves Filho argumentava que ao sistema deveria se dar mais tempo de experimentação, para que a “opinião pública” melhor se informasse e pudesse decidir entre os sistemas de maneira mais bem pensada.

Esta era uma obra, portanto, de intenção não apenas didática, mas combativamente favorável ao parlamentarismo. Assim também podem ser interpretadas as cartilhas de Raul Pilla e Camilo Torres e o livro de José Augusto Medeiros. No caso do livro de Loureiro Júnior, embora o autor se coloque como presidencialista, também se percebe a inserção nesse caldo intelectual dos anos 1961 e 1962 – campo este, aliás, que se compreende mais amplo do que as obras citadas nesta seção. O parlamentarismo foi uma discussão com considerável presença nos círculos culturais de que nos menciona esse autor. Não é por acaso, afinal, o comparecimento massivo dos eleitores brasileiros no referendo de 6 de janeiro de 1963, quando “cerca de oitenta por cento dos eleitores brasileiros votaram pelo fim do parlamentarismo e pela volta ao presidencialismo” (Skidmore, 2010, p. 266). Esta porcentagem não pode ser apenas indicativa de apoio a João Goulart, ela também é indicativa de que a questão mobilizou consideravelmente a sociedade do período – e não era uma mobilização recente.

Percebe-se, na leitura desses textos, dois grandes pressupostos: o primeiro é o da potência que uma reforma institucional teria sobre a sociedade da época. Essa era uma visão que contrastou com a de presidencialistas históricos, como foi o caso de Afonso Arinos, até pelo menos 1952. O segundo grande pressuposto é o de que o parlamentarismo viria para

consertar o que era visto como o maior dos erros do presidencialismo: o personalismo político na figura do presidente da república.

Estes termos não diferiam muito dos termos em que se deu o debate sobre o parlamentarismo anteriormente à crise de 1961. No clássico *Presidencialismo ou parlamentarismo?* (Franco; Pilla, 1958), Afonso Arinos ressaltou a “impotência do direito diante do fenômeno político” (Barbosa; Paixão; 2013, p. 51), ao passo que Raul Pilla apostava no novo sistema como uma forma mais esclarecida e ativa de democracia, mas também como um freio de mão aos “improvisos” do presidencialismo. O específico da conjuntura, no entanto, tinha o seu peso: era muito mais confortável à UDN e ao PSD lutar contra os “improvisos” do presidencialismo contra um João Goulart do que o era para o PTB e o PSB, interessados nas “reformas de base” e nas alianças de esquerda do então vice-presidente. Assim, deputados como Almino Affonso e Eloy Dutra, petebistas que se declaravam parlamentaristas à época da crise de 1961, recuaram e defenderam a posse *presidencialista* de João Goulart (Almino Affonso) ou se abstiveram da discussão (Eloy Dutra).

### **Considerações finais**

Newton Rodrigues, um jornalista da época, descreveu assim a emenda parlamentarista: “Foi a fórmula transacional que serviu ao centro para impedir a ditadura, evitar a guerra civil (de resultado incerto) e *barrar igualmente uma vitória do centro-esquerda e da esquerda*” (Rodrigues *Apud* Labaki, 1986, p. 138, itálico meu).

A primeira parte ressaltada por Newton Rodrigues, a de enxergar o parlamentarismo como uma “fórmula transacional” que impediu a ditadura e evitou uma possível guerra civil, é bem explicada pela literatura sobre o tema. A segunda parte, no entanto, a de que a escolha do parlamentarismo visou “barrar igualmente uma vitória do centro-esquerda e da esquerda”, precisa ser mais bem entendida em suas consequências e pressupostos.

A posterior polarização política enxergada no sistema político pela literatura (Souza, 1976; Soares, 2001; Santos, 2003) não surgiu repentinamente. Os autores costumam ressaltar a pouca adequação institucional do sistema político, engessado e pouco aberto a mudanças sociais, frente à evolução dinâmica da sociedade dos anos 1960. Este é um ponto que deve ser levado em conta. Outro ponto que deve ser considerado, porém, são os eventos que levaram os parlamentares à polarização. A historiografia não os ignorou.

Costuma-se ressaltar, no entanto, os eventos relacionados às “reformas de base”, em especial a reforma agrária (Skidmore, 2010; Dezemone, 2016; Gomes; Ferreira, 2018), deixando-se de lado a reforma parlamentarista de 1961. Entretanto, a crise de 1961 também deve ser lida sob o entendimento de que este foi um evento que polarizou o cenário político, e não necessariamente como um grande acordo do qual as elites políticas saíram vitoriosas contra o golpe militar que se tentou. A análise dos discursos no momento posterior à renúncia de Jânio Quadros nos indica que os parlamentares se encontraram em uma situação claramente polarizada entre esquerda e direita, independentemente de suas posições anteriores acerca da necessidade ou não da adoção do parlamentarismo no Brasil. Dessa forma, é esta a contribuição que pretendo trazer ao estudo da polarização política do período anterior ao golpe de 1964.

Também trouxe para a análise a publicação de alguns livros e panfletos contemporâneos à crise de 1961 e à experimentação do parlamentarismo. Essas publicações podem nos informar tanto que o assunto não se encontrava encerrado no Congresso Federal, como revelam algo sobre a opinião dos parlamentaristas do período, considerando seus diagnósticos e prognósticos. Estes, como se tentou mostrar, não se contiveram nas questões casuísticas de aprovação da emenda constitucional nº 4, mas trataram de temas gerais, o que nos indica um debate intelectualmente rico e precedente ao evento de setembro de 1961.

Mais pesquisas precisam ser feitas neste campo. Em especial, penso serem interessantes pesquisas que tentem perceber o posicionamento de outros setores sociais além do Congresso Federal (movimentos sociais, círculos intelectuais, empresários, juristas etc.) sobre a questão parlamentarista nos períodos anteriores à crise de 1961. Será que a discussão parlamentarismo vs. presidencialismo era uma discussão polarizada entre setores identificados à direita e à esquerda desde 1946? Além disso, pesquisas que comparem a situação brasileira com a situação internacional, em especial a situação política na América Latina, conseguiriam colocar em melhor contexto as discussões que se fizeram em solo brasileiro. Em que pé estavam as discussões sobre parlamentarismo no mundo, especialmente em contexto de Guerra Fria, e como o caso brasileiro entra nesse debate? Estas perguntas, e outras mais, ficam em aberto, como convite aos interessados.

## Acervos consultados

Diário do Congresso Nacional. Disponível em: [https://imagem.camara.leg.br/pesquisa\\_diario\\_basica.asp](https://imagem.camara.leg.br/pesquisa_diario_basica.asp) (Acesso em: 23 de setembro de 2024).

Coleção de Anais da Câmara dos Deputados. Disponível em: [https://imagem.camara.leg.br/pesquisa\\_diario\\_basica.asp](https://imagem.camara.leg.br/pesquisa_diario_basica.asp) (Acesso em: 23 de setembro de 2024).

## Referências

ALMEIDA, Alberto Carlos. *Presidencialismo, parlamentarismo e crise política no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1998.

ALVES FILHO, Francisco de Paula Rodrigues. *O que é parlamentarismo: Doutrina e prática no mundo; a emenda parlamentarista no Brasil (texto comentado)*. São Paulo: Obelisco, 1961.

BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade; PAIXÃO, Cristiano. Crise política e sistemas de governo: origens da “Solução Parlamentarista” para a crise político-constitucional de 1961. *Revista Universitas JUS*, v. 24, n. 3, pp. 47-61, 2013.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 4, de 1961. 2 set. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-4-2-setembro-1961-349692-publicacaooriginal-1-pl.html> (Acesso em: 23 set. 2024).

CARNEIRO, Levi. *Uma experiência de parlamentarismo*. São Paulo: Editora Livraria Martins, 1965.

DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 71, 2016.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo; PILLA, Raul. *Presidencialismo ou parlamentarismo?* Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 251-275, 2018.

HAMILTON, Duda; Paulo MARKUN. *1961: o Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo: Benvirá, 2011.

KRILOW, Letícia Sabina Wermeier; MARTINS, Luís Carlos dos Passos. João Goulart e a grande imprensa nas eleições presidenciais (1955 e 1960): da subversão à revolução. *História: debates e tendências*, v. 23, n. 3, p. 180-199, 2023.

LABAKI, Amir. *1961. A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LIMA, Vagner Corrêa. *Debatendo a Legalidade: a crise da renúncia, o Congresso Nacional e a solução parlamentarista (Agosto/setembro de 1961)*. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

LOUREIRO JÚNIOR. *Parlamentarismo e presidencialismo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1962.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. *Presidencialismo versus parlamentarismo*. Rio de Janeiro: Editora Borsoi, 1962.

MORAZÉ, Charles. La démission de Janio Quadros. *Revue Française de Science politique*, ano 12, n. 1, p. 39-53, 1962.

NICOLAU, Jairo. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 47, n. 1, p. 85-129, 2004.

PILLA, Raul. *Parlamentarismo ao alcance de todos*. Porto Alegre: Sulina, Livraria Lima, 1961.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. Tradução: Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *Cartilha do parlamentarismo*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1962.